

RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.076 - RS (2014/0134669-4)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : ADRIANA FAVRETTO
ADVOGADO : ADILSON MACHADO E OUTRO(S) - RS045588
RECORRIDO : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA
ADVOGADO : BRUNO VICENTE BECKER VANUZZI E OUTRO(S) - RS054011

EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.** AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. PRESTAÇÕES X SALÁRIO. PERÍCIA QUE CONFIRMOU A EXISTÊNCIA DE EQUILÍBRIO CONTRATUAL. REEXAME DAS CONCLUSÕES FIRMADAS NO ACÓRDÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS Nº 5 E 7 DO STJ. TABELA PRICE. ANATOCISMO. INCIDÊNCIA DO CDC E DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA Nº 568 DO STJ. SEGURO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282 DO STF, POR ANALOGIA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO

DECISÃO

ADRIANA FAVRETTO (ADRIANA) ajuizou ação de revisão de contrato contra a EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA (EMGEA) pretendendo a revisão de contrato habitacional. Pede, em sede de antecipação da tutela, fosse autorizada a pagar diretamente à ré as parcelas incontroversas, no valor mensal de RS 183,41, ou, subsidiariamente realizar depósito judicial, que a requerida excluísse ou se abstinhasse de efetuar o registro de seu nome em cadastros de inadimplentes, sob pena de multa, bem como não promovesse a execução extrajudicial do débito. Requereu o recálculo das prestações e do saldo devedor.

Em primeiro grau, a ação foi julgada improcedente.

ADRIANA apelou e o TRF da 4ª Região negou provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

SFH. MÚTUO HABITACIONAL. REVISÃO. TABELA PRICE. ANATOCISMO. 1. Está afastada a revisão do mútuo habitacional ha via judicial quando as alegadas ofensas não contrariam as normas que cercam o Sistema Financeiro da Habitação. 2. A

Superior Tribunal de Justiça

mera aplicação da tabela Price ao financiamento não implica na capitalização de juros (e-STJ, fl. 527).

Os embargos de declaração opostos por ADRIANA foram rejeitados (e-STJ, fls. 536/539).

Irresignada, ADRIANA interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando a negativa de vigência aos arts. (1) 9º, *caput*, da Lei nº 4.380/64 ao não reconhecer o pedido de observância do valor da prestação com a renda e, portanto, do equilíbrio contratual; (2) 6º, *c*, da Lei nº 4.380/64 ao não deferir o pedido de amortização depois da atualização do saldo devedor; (3) 4º, do Decreto nº 22.626/33 quanto ao pedido de exclusão da capitalização mensal de juros, existente na aplicação da própria Tabela Price, que deve ser afastada, bem como, aplicados juros simples, e na cobrança de taxa de juros efetiva, que é a taxa nominal capitalizada. Aduziu, ainda, (4) a violação dos arts. 2º, 3º, 29, 52 e 53, todos do CDC e a necessidade de aplicabilidade das disposições do CDC em contrato de financiamento habitacional da casa própria, bem como sobre possibilidade de revisão do contrato "sub judice"; (5) a necessidade de recálculo do valor do seguro de acordo com a Tabela da SUSEP, e atrelamento aos valores do mercado, em contrariedade ao art. 778 do CC/02; (6) o pedido de reconhecimento da compensação, repetição de indébito e em dobro, nos termos dos arts. 368, 369 e 876 do CC/02; e 42, parágrafo único, do CDC; e, (7) a condenação em sucumbência mínima e impossibilidade de compensação, sob pena de contrariar o artigo 20 do CPC/73 e art. 23 da Lei nº 8.906/94.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Do equilíbrio contratual

ADRIANA sustentou a negativa de vigência ao art. 9º, *caput*, da Lei nº 4.380/64 ao não reconhecer o pedido de observância do valor da prestação com a renda

Superior Tribunal de Justiça

e, portanto, do equilíbrio contratual.

O TRF da 4ª Região consignou que foi constatado pela perícia que a cláusula de comprometimento da renda estava sendo observada (e-STJ, fl. 5230).

Assim, para alterar a conclusão acima adotada seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório da causa, providência inviável, na via eleita, em razão dos óbices contidos nas Súmulas nsº 5 e 7 do STJ.

(2) e (3) Dos encargos abusivos

ADRIANA afirmou a negativa de vigência do art. 6º, c, da Lei nº 4.380/64 ao não deferir o pedido de amortização depois da atualização do saldo devedor. Afirmou que houve violação do art. 4º, do Decreto nº 22.626/33 quanto ao pedido de exclusão da capitalização mensal de juros, existente na aplicação da própria Tabela Price, que deve ser afastada, bem como, aplicados juros simples, e na cobrança de taxa de juros efetiva, que é a taxa nominal capitalizada.

No acórdão recorrido ficou consignado que (i) a parcela deve incidir após o saldo devedor ter sido atualizado e (ii) a utilização, por si só, da tabela price não incorre em capitalização de juros e que no caso dos autos não ocorreu a prática de anatocismo, confira-se:

CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR APÓS A AMORTIZAÇÃO DA PARCELA MENSAL

Requer a parte autora, com fundamento na alínea "c", do artigo 6º, da Lei 4.380/64, que o valor da prestação seja debitado do saldo devedor antes do seu reajustamento monetário e da incidência dos juros do respectivo período.

Ocorre que, como fez a instituição financeira, o saldo devedor deve primeiro sofrer correção monetária, para após ser amortizado.

A questão já é pacificada neste Regional e a interpretação, a ser dada é que a parcela deve incidir após o saldo devedor ter sido atualizado e acrescido dos juros do período. Desta forma, após o saldo devedor ter sido atualizado é que deve ser abatido o valor da prestação mensal paga.

[...]

TABELA PRICE - ANATOCISMO

A jurisprudência já é unânime no sentido de que a utilização, por si só, da Tabela Price, aplicada numa infinidade de contratos habitacionais regidos pelas regras do Sistema Financeiro da Habitação, não incorre na capitalização de juros.

[...]

É certo que o sistema de amortização previsto contratualmente é o Sistema Francês de Amortização, também conhecido como

Superior Tribunal de Justiça

Tabela Price. Todavia, tenho que a utilização da Tabela Price não implica em capitalização de juros. No sistema Price não há previsão para a incidência de juros sobre juros. Da mesma forma, a existência de previsão contratual de duas taxas de juros, uma nominal, e outra efetiva, também não determina a ocorrência de anatocismo. Na realidade, estas taxas se equívalem, apenas são referidas para períodos de incidência diversos. Assim, a taxa nominal anual é aquela aplicada no ano, enquanto a efetiva, apesar de anual, é aplicada mensalmente. Os juros são pagos mês a mês à taxa contratada, incidindo sobre o saldo devedor.

Por sua vez, de acordo com a jurisprudência desta Corte e dos Egrégios Tribunais Superiores, é vedada a prática de anatocismo - capitalização de juros - em contratos semelhantes; todavia, nem a simples utilização da tabela Price, nem a existência de uma taxa de juros nominal e outra efetiva são suficientes para a sua caracterização. Tal ilegalidade somente teria ocorrido, no caso, se existissem aportes dos juros impagos - decorrentes de amortizações negativas - para o saldo devedor. No caso dos autos, a ocorrência de amortizações negativas não ocorreu, como está demonstrado na planilha da evolução do financiamento juntada às fls. 56/65 [...] (e-STJ, fls. 523/525).

Assim, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento do STJ sobre a possibilidade a possibilidade de incidência da tabela price e da possibilidade de prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor dos contratos de financiamento imobiliário firmados no âmbito do SFH.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. TABELA PRICE. ANATOCISMO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. PERÍCIA. SÚMULA N. 283/STF. TUTELA DE URGÊNCIA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

1. A utilização do Sistema Francês de Amortização, Tabela Price, para o cálculo das prestações da casa própria não é ilegal e não enseja, por si só, a incidência de juros sobre juros.

2. Esta Corte, no julgamento de recurso submetido ao regime do art. 543-C do CPC/1973, assentou a impossibilidade de o STJ analisar a existência de capitalização de juros com a utilização da Tabela Price, em razão da incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ (Resp n. 1.070.297/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/9/2009, DJe 18/9/2009).

3. A ausência de impugnação de fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo impede o conhecimento do recurso,

Superior Tribunal de Justiça

diante da incidência da Súmula n. 283/STF.

4. A ausência do exame da matéria pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, incidindo a Súmula n. 211/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.135.799/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 16/11/2017, DJe 21/11/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. NOVAÇÃO CONTRATUAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. TR. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 454/STJ. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. SACRE. SÚMULA Nº 7/STJ. AMORTIZAÇÃO. SÚMULA Nº 450/STJ.

1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.

2. Esta Corte Superior firmou entendimento de que é possível a utilização da Taxa Referencial- TR na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação, ainda que firmado anteriormente ao advento da Lei nº 8.177/91, desde que pactuado o mesmo índice aplicável à caderneta de poupança. Súmula nº 454/STJ.

3. Não compete ao STJ verificar a existência de capitalização de juros com a utilização do Sistema SACRE, por força das Súmulas nºs 5 e 7/STJ. Precedente.

4. O sistema de prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor dos contratos de financiamento imobiliário firmados no âmbito do SFH não fere o equilíbrio contratual e está de acordo com a legislação em vigor. Inteligência da Súmula nº 450/STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 749.560/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 3/12/2015, DJe 14/12/2015)

O acórdão não merece reparo quanto ao ponto.

(4) e (6) Do CDC e da repetição do indébito

ADRIANA afirmou a violação dos arts. 2º, 3º, 29, 52 e 53, todos do CDC e a necessidade de aplicabilidade das disposições do CDC em contrato de financiamento habitacional da casa própria, bem como sobre possibilidade de revisão do contrato "sub judice". Alegou, ainda, a necessidade de reconhecimento da compensação, repetição de indébito e em dobro, nos termos dos arts. 368, 369 e 876 do CC/02; e 42, parágrafo único, do CDC.

Superior Tribunal de Justiça

O TRF da 4ª Região afirmou que não obstante a incidência do CDC nos contratos regidos pelo SFH não havia nenhum efeito prático no caso, em virtude da ausência de irregularidades no contrato e que não foram verificadas cobranças indevidas, não estando configurada a hipótese de repetição do indébito, confira-se:

Aplicação Do Código De Defesa Do Consumidor

Os contratos bancários em geral submetem-se à disciplina do Código de Defesa do Consumidor, conforme dispõe o artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.078/90, entendimento este adotado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal (ADI 2591/DF, relator p/ acórdão: Min. Eros Grau, julg. Em 07.06.2006, DJ de 29.09.2006). Neste sentido, o precedente deste Regional:

[...]

Todavia, nenhum efeito prático tem a aplicação do CDC, pois as Leis que regem o Sistema Financeiro da Habitação protegem o mutuário de eventuais irregularidades.

Por outro lado, o mutuário não tem direito à repetição, em dobro, com base no CDC, tendo em vista que o Sistema Financeiro da Habitação é regido por legislação específica quanto ao tema. Assim, o direito assegurado ao mutuário, quando verificada a hipótese de cobranças à maior é a devolução dos valores em dinheiro, ou mediante compensação nas prestações futuras, sendo ainda assegurada a correção pelos índices de poupança, nos exatos termos do artigo 23, da Lei nº 8004/90 [...] (e-STJ, fls. 522/523).

Novamente o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado nesta Corte quanto à incidência da repetição em dobro do indébito somente quando comprovado que a cobrança excessiva se deu por má-fé, hipótese afastada no caso em apreço.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SFH. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. INCIDÊNCIA DO CDC. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PES. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. SEGURO OBRIGATÓRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O julgamento da lide, com indeferimento da realização de prova pericial, não importa cerceamento de defesa quando o juiz da causa, diante do cenário fático-probatório existente, haja concluído pela existência de elementos suficientes à formação de sua livre convicção motivada. Incide, nesse campo, o princípio da persuasão racional cujo mérito não pode ser revisto em recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial, consoante dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. A pretensão de incidência do CDC, no caso concreto, não tem repercussão prática, porque o exame da abusividade das cláusulas não é feito à luz das regras protetivas desse diploma legal.

3. O Tribunal de origem não examinou de modo expresse a possibilidade de, com base no PES, reajustar as parcelas em conformidade com a variação do salário mínimo. O tema carece, portanto, do devido prequestionamento, o que atrai a incidência das Súmulas n. 282 e 356/STF.

4. O PES somente pode ser utilizado para calcular as prestações mensais do mútuo, não para reajustar o saldo devedor, que será corrigido de acordo com o indexador pactuado pelas partes. Precedentes.

5. As instâncias de origem já determinaram o afastamento da capitalização decorrente das amortizações negativas mediante a criação de uma conta apartada referente aos juros não pagos em cada mês. As razões recursais não buscaram demonstrar que essa medida seria insuficiente para impedir uma suposta capitalização decorrente da utilização da Tabela Price e da taxa efetiva de juros. Incide, assim, a Súmula n. 283/STF.

6. A alegação de que estaria sendo descumprida a tabela da SUSEP no reajuste das parcelas do seguro habitacional esbarra na Súmula n. 7/STJ.

7. A repetição em dobro do indébito somente é cabível quando comprovado que a cobrança excessiva se deu por má-fé. Precedentes.

8. Quanto à divisão dos ônus de sucumbência, segundo a jurisprudência do STJ, a aferição do percentual em que cada litigante foi vencedor ou vencido ou a conclusão pela existência de sucumbência mínima ou recíproca das partes é questão que não comporta exame em recurso especial, por envolver aspectos fáticos e probatórios, aplicando-se à hipótese a Súmula n. 7/STJ.

9. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 592.212/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 17/5/2016, DJe 31/5/2016)

Incide novamente o óbice da Súmula nº 568 do STJ.

(5) Do seguro

ADRIANA aduziu a necessidade de recalcule do valor do seguro de acordo com a Tabela da SUSEP, e atrelamento aos valores do mercado, em contrariedade ao art. 778 do CC/02.

Contudo, o tema não foi tratado no acórdão, estando ausente o requisito do prequestionamento, atraindo o óbice da Súmula nº 282 do STF, quanto ao

Superior Tribunal de Justiça

tema.

Mantido o acórdão recorrido, fica prejudicada a análise da condenação na sucumbência mínima e impossibilidade de compensação.

Nessas condições, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do recurso especial e, nesta extensão **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator

